

Ilustríssimo(a) Pregoeiro(a) Oficial do **Centro Universitário Municipal de Franca/SP**.

Referência: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025

RECURSO ADMINISTRATIVO

JRV SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, doravante denominada Recorrida, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento na Lei Nº 14.133/2021, apresentar **Recurso administrativo** em face do resultado da licitação, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

1 – Das Considerações Iniciais de Direito:

1.1 - Ilustre Pregoeiro Oficial

1.2 – O respeitável julgamento do **RECURSO ADMINISTRATIVO** aqui apresentado recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa **RECORRENTE** confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, com o único propósito de apresentar as devidas razões de direito para que o Ilustre Pregoeiro Oficial proceda com o deferimento do **RECURSO ADMINISTRATIVO**, evitando assim a busca pelo Poder Judiciário.

2 – Das Razões Recursais

2.1. Após a análise minuciosa da proposta apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar, verificou-se **grave desconformidade** em relação ao **modelo obrigatório de proposta** estabelecido no **Anexo II do Edital**, documento que determina de forma expressa a apresentação de **04 (quatro) itens distintos**, dentre os quais se inclui, de maneira inequívoca, o serviço:

“Gerenciamento de nuvem, análise e retenção de registros por 1 ano”.

2.2. Constata-se, entretanto, que a empresa RECORRIDA apresentou **somente 03 (três) itens**, deixando de contemplar justamente o componente essencial relativo ao gerenciamento em nuvem e retenção de logs, o qual integra o objeto contratado e é indispensável para a completude da solução de segurança requerida pela Administração.

2.3. A ausência deste item torna a proposta **materialmente incompleta**, pois representa **supressão de parcela do objeto**, e não uma mera falha formal ou sanável. A proposta, portanto, **não atende ao edital**, devendo ser desclassificada de imediato, uma vez que não é possível admitir proposta que não abranja integralmente as exigências técnicas impostas, sob pena de violação direta ao princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**.

2.4. Tal irregularidade caracteriza hipótese típica de **não atendimento ao objeto licitado**, nos termos do **art. 59 da Lei 14.133/2021**, que determina:

“Serão desclassificadas as propostas que apresentarem desconformidade com as exigências do edital ou de seus anexos, desde que insanável.”

2.5. A supressão de um item obrigatório especialmente de natureza técnica e integrante do núcleo da solução ofertada configura vício **insanável**, pois altera substancialmente o conteúdo econômico e funcional da proposta, comprometendo a execução da solução integrada de firewall prevista no Termo de Referência.

2.6. Desse modo, a manutenção da proposta da empresa RECORRIDA afronta os princípios da **isonomia**, do **julgamento objetivo** e da **vinculação ao edital**, já que estabelece tratamento desigual entre licitantes e torna impossível a comparação objetiva das ofertas, além de permitir vantagem competitiva indevida.

2.7. Outro aspecto de extrema relevância, que contribui para a insegurança jurídica do certame, é a **incompatibilidade** entre:

1. o que está descrito no **Termo de Referência (Anexo I)**, e
2. o **campo de preenchimento da proposta eletrônica** disponibilizado na plataforma do Pregão.

2.8. Ainda que a proposta descrita no anexo II seja um modelo, a mesma deve refletir expressamente todos os itens exigidos no Termo de Referência. **Não apresentar coerência entre o modelo da proposta e a exigência do que está descrito no Termo de Referência**, induz o licitante ao erro ou ao entendimento.

2.9. Essa incongruência entre o edital e a proposta **não afasta a obrigação de atendimento integral do Anexo II**, mas demonstra falha na condução do procedimento, capaz de gerar confusão e comprometer a uniformidade entre as ofertas.

2.10. Todavia, mesmo diante dessa eventual deficiência, a Administração não pode admitir proposta que desconsidere item expressamente previsto nos anexos do edital, sob pena de ferir a legalidade e comprometer a execução contratual futura.

2.11. Assim, a ausência do quarto item não decorre de interpretação subjetiva do licitante, mas sim da **inobservância objetiva das exigências normativas**, impondo a desclassificação da proposta irregular.

2.12. Diante de todas essas considerações, resta evidente que a proposta da empresa RECORRIDA **não atende às exigências do edital e seu anexo II**, motivo pelo qual deve ser **desclassificada**, em estrita observância ao art. 59 da Lei 14.133/2021 e aos princípios que regem a atividade licitatória.

2.13. A preservação da **isonomia**, da **segurança jurídica**, do **julgamento objetivo** e da **vinculação ao instrumento convocatório** exige que somente propostas integralmente compatíveis com o edital possam permanecer no certame.

3. DO PEDIDO DE DIREITO

1. Diante de todo o exposto e das desconformidades identificadas na proposta apresentada pela empresa RECORRIDA, especialmente a ausência do item obrigatório **“Gerenciamento de nuvem, análise e retenção de registros por 1 ano”**, exigido expressamente no Anexo II do Edital, o que torna a proposta materialmente incompleta e incompatível com o objeto licitado, **requer-se:**

Pedido principal – Desclassificação da proposta da RECORRIDA

2. Que seja **desclassificada a proposta da empresa RECORRIDA**, nos termos do **art. 59 da Lei 14.133/2021**, diante do **inequívoco não atendimento às exigências técnicas do edital**, por ter apresentado apenas 03 (três) itens, suprimindo parcela essencial do objeto licitado, o que configura vício **insanável** que impede a execução integral da solução pretendida pela Administração.
3. A desclassificação é medida necessária para resguardar os princípios da **isonomia**, **vinculação ao instrumento convocatório**, **julgamento objetivo** e **segurança jurídica**, evitando a manutenção de proposta que não corresponde, em sua totalidade, às especificações exigidas no Termo de Referência e no Anexo II.

Pedido subsidiário – Declaração de nulidade do edital, caso reconhecido vício entre o Termo de Referência e o anexo II.

4. Caso esta Administração, ao analisar as razões deste recurso, entenda que a ausência do quarto item decorreu de **falha ou inconsistência entre o Termo de Referência e o anexo**

II, de modo que tal divergência possa ter induzido licitantes a erro, **requer-se, subsidiariamente**, com fundamento nos arts. **53, 70, 71 e 147 da Lei 14.133/2021**:

5. Que seja **declarada a nulidade do edital**, com a consequente:

- a) suspensão da sessão pública;**
- b) correção do vício existente** entre o conteúdo técnico exigido no edital e os campos disponibilizados no sistema eletrônico; e
- c) reabertura dos prazos** para apresentação de novas propostas, garantindo ampla competitividade e segurança jurídica.

6. Tal medida visa preservar a lisura do certame e assegurar que todos os licitantes tenham condições iguais e objetivas de cumprir as exigências editalícias, evitando dúvidas, contradições e interpretações divergentes.

Nestes termos pede o devido deferimento.

Salvador – BA, 05 de dezembro de 2025.



JRV SERVIÇOS LTDA

Antonio Vicente Barbosa do Vale